

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**

9912271704-DR/PR

SENAR

CORREIOS

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVIII nº 1258 - 12/05/2014 a 18/05/2014

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

O CADASTRO AMBIENTAL RURAL

AVICULTURA

As quedas
de energia

COPA DO MUNDO

A dama da
grama

PECUÁRIA

Da porteira
ao Frigorífico

Aos Leitores



Para quem está acostumado à infernal burocracia nacional – mais que uma rima, uma constatação, outra exigência não causa estranheza. Faltando vinte dias para o segundo aniversário da aprovação do Código Florestal (em 25.05.2012), o Diário Oficial da União publicou o decreto da presidente da República com o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Calcula-se que mais de 5 milhões e 200 mil proprietários rurais do país terão de se cadastrar, compondo um mapa detalhado das propriedades agropecuárias do país.

Ao contrário de Santo Ângelo, padroeiro do dia 5 de maio, data do decreto, e considerado pela Igreja Católica como um homem “dócil e corajoso”, a FAEP teve que endurecer sem perder a ternura, durante os debates sobre o Código Florestal. Nos últimos seis anos a FAEP manteve permanente vigilância e defesa dos interesses dos produtores. E agora a entidade está treinando facilitadores que, através dos sindicatos rurais, estarão à disposição para o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural. Mas não é preciso acelerar o andar, o prazo de cadastramento é de um ano, a partir do último dia 6 de maio.

Índice

Cadastro Ambiental Rural	03
Copel / Avicultura	06
Gás de Xisto	09
O Buraco Nuclear	10
Proagro	12
Xico Graziano / CBN	17
Copa do Mundo	18
Pecuária	20
Viagem Técnica	24
Notas / Leitor em Foco	26
Eventos Sindicais	27
Via Rápida	30

Fotos: Fernando Santos, Lineu Filho, Hemely Cardoso, Divulgação e Arquivo FAEP.

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

O CAR AO SEU ALCANCE

Não é preciso pressa. FAEP treina facilitadores dos sindicatos para auxiliar os produtores no preenchimento do Cadastro Ambiental Rural

Das primeiras sugestões e discussões, em 2009, sobre o Código Florestal Brasileiro até o decreto que regulamenta o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), neste início de maio, a FAEP esteve presente. Acompanhou, pressionou, tomou posição e informou os produtores paranaenses.

Neste período, dezenas de edições do Boletim Informativo tiveram em suas matérias de capa e em outras nas páginas internas, ampla cobertura do andamento do Código. Também foram editadas publicações especiais sobre o tema, e distribuídas no Paraná e em outros estados.

Por um "hot site" www.sistemafaep.org.br e com seus

técnicos, especialmente a engenheira-agrônoma Carla Beck, as dúvidas dos produtores foram esclarecidas. Mas o trabalho não terminou.

A FAEP ressalta que não é preciso uma "correria" para realizar o Cadastro, porque o prazo é de um ano a contar do último dia 06 de maio.

Estão sendo iniciados os treinamentos dos facilitadores dos sindicatos rurais. Eles ajudarão os proprietários rurais a preencher o CAR. Estima-se que já a partir de junho, os produtores poderão procurar os sindicatos com a documentação exigida para preencher o Cadastro.



O Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Cinco milhões e 200 mil produtores deverão se cadastrar



O governo federal publicou na segunda-feira (5) o decreto que regulamenta o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), este último um registro eletrônico obrigatório a todos os imóveis rurais do país. A norma é complementar ao novo Código Florestal Brasileiro, em vigor desde outubro de 2012. Cerca de 5 milhões e 200 mil produtores brasileiros deverão fazer o Cadastro no prazo de um ano, a contar do último dia 6, quando foi publicada a Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente no D.O.U.

O cadastro consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área usada para a agricultura, áreas de interesse social e de utilidade pública.

Serão necessárias informações pessoais do dono do imóvel, a comprovação da propriedade ou posse e a identificação da área. O controle será feito por satélite.

Quem não fizer o cadastramento ficará impedido, por exemplo, de obter financiamentos junto às instituições financeiras do país.

Áreas contínuas

A instrução normativa estabelece que o proprietário que tenha mais de uma propriedade em área contínua deve efetuar uma única inscrição para esses imóveis, computando para a totalidade da área os percentuais da Reserva Legal e de APPs exigidos pelo código.

Quando o imóvel rural estiver em dois municípios, a inscrição do CAR será feita onde estiver o maior percentual de terra.

Proprietários de áreas suprimidas antes de 22 de julho de 2008 poderão regularizar suas terras se comprovarem que mantiveram percentuais de Reserva Legal conforme legislação em vigor à época, mesmo que menores que os exigidos hoje. Essa comprovação pode ser feita pela descrição de fatos históricos de ocupação da região, registros de comercialização, dados agropecuários da atividade, entre outros.

As propriedades com até quatro módulos fiscais podem ser cadastradas com o percentual de Reserva Legal existente em 2008, qualquer que seja ele. Para as propriedades rurais, é permitido computar como reserva legal área plantada com espécies exóticas intercaladas com espécies nativas.

Regularização

Para produtores rurais donos de áreas com passivo ambiental, a inscrição no CAR é condição para acesso ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), regulamentado pelo Decreto 8.235/2014, publicado na segunda-feira (5).

O PRA foi negociado durante a tramitação do Código Florestal e visa permitir a regularização por meio de recuperação da área suprimida ilegalmente ou, no caso de reserva legal, pela compensação por outra área mantida com vegetação nativa.

Os programas serão implantados pelos estados e, ao aderir ao PRA, o proprietário rural assinará termo de compromisso para sanear o passivo ambiental, que deve prever prazos e sanções em caso de descumprimento.

Com o cadastramento e a adesão ao PRA, ficam suspensas todas as autuações por desmatamentos ilegais feitos antes de julho de 2008. Uma vez cumpridos os compromissos assumidos, as multas serão convertidas em serviços de preservação ambiental e o produtor terá sua situação regularizada.

A possibilidade de regularização pelo PRA, no entanto, não vale para áreas desmatadas ilegalmente depois de julho de 2008. Essas estão sujeitas às penalidades determinadas no Decreto 6.514/2008, que regulamentou a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998).

Tire as dúvidas

Tenho que fazer o CAR agora?

A partir do dia 5 de maio de 2014 o produtor tem um ano para se inscrever no CAR.

Quem precisa fazer o CAR?

Todos os produtores rurais, até mesmo aqueles que fizeram o Sisleg.

A inscrição do CAR é por imóvel, matrícula ou CPF?

A inscrição do CAR é por imóvel rural.

O que é imóvel rural?

Imóvel rural é o prédio rústico de área contínua qualquer que seja a localização que se destine ou possa se destinar a exploração agrícola, pecuária, extrativista vegetal, florestal ou agroindustrial conforme o disposto no inciso I do art 4º da Lei nº8629 de 25 de fevereiro de 1993

- **pequena:** com área de até 4 (quatro) módulos fiscais, incluindo aquelas descritas nos termos do inciso V do art. 3º da Lei nº 12.651, de 2012;
- **média:** com área superior a 4 (quatro) até 15 (quinze) módulos fiscais; e
- **grande:** com área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

Tenho várias matrículas contínuas como faço o CAR?

Os proprietários de imóveis rurais que dispõe de mais de uma propriedade ou posse em área contínua (matrículas distintas contínuas) deverão efetuar uma única inscrição do CAR. Um só imóvel pode ser formado por mais de uma matrícula.

Quais as informações que devem conter no CAR?

- Dados cadastrais do proprietário (nome, CPF, endereço, telefone);
- Dados cadastrais do imóvel (registro de cartório, posse);
- Dados de localização geográfica do imóvel e das áreas detalhadas em sua planta ou croqui de identificação.

No croqui devo indicar que áreas?

As áreas de remanescentes de vegetação nativa, de Reserva Legal, de Preservação Permanente, de uso consolidado, de uso restrito, de servidão administrativa e de compensação.

As áreas de uso consolidado são ocupadas antes de 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias, atividades agrossilvipastoris, ecoturismo ou turismo rural.

Assinei um termo de compromisso e agora?

Os termos de compromisso ou instrumentos similares para regularização ambiental do imóvel rural referente as áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal e de uso restrito firmados sob a vigência da legislação anterior deverão ser revistos para se adequarem ao Novo Código Florestal.

Entretanto, o proprietário do imóvel rural deve requerer a revisão junto ao órgão ambiental, pois se não houver pedido de revisão os termos de compromisso serão respeitados e terão que ser cumpridos.

Os problemas dos produtores com a Copel

FAEP encaminha relatos com problemas e soluções à empresa



Os constantes problemas no fornecimento de energia elétrica que atingem principalmente a avicultura de seis regiões produtoras do Estado, foram relatados e encaminhados, em ofício, pelo presidente da FAEP, Ágide Meneguette, ao presidente da Copel, Lindolfo Zimmer, no último dia 30 de abril.

A FAEP e os produtores aguardam as providências que a concessionária de energia adotará, conforme entendimentos ocorridos no final de março passado.

No dia 28 daquele mês, durante reunião da Comissão Técnica de Avicultura da FAEP, o superintendente comercial da distribuição da Copel, Hemerson Luiz Barbosa Pedroso e sua equipe, ouviram o depoimento sobre as dificuldades que os produtores rurais vêm tendo com o fornecimento da energia elétrica nos últimos anos. Ocorrem prejuízos frequentes pela perda não só de plantéis de aves,

mas de peixes destinados às indústrias integradoras, na produção leiteira e secagem de produtos.

Na ocasião, ficou acordado com a equipe da concessionária de energia essa formalização dos problemas para as devidas providências. Em levantamento realizado junto aos produtores, foram detectados os seguintes quadros na seis regiões paranaenses:

Região de Chopinzinho

- Falta de energia com quedas frequentes, com tempo de retorno com variações de até mais de 12 horas;
- Falta de mais profissionais da Copel, local e regional, para regularizar os problemas e redes danificadas, visto que a região

é extensa;

- Há muitas árvores nativas e plantações de eucalipto próximas às redes, sendo preciso ser retiradas para não ocasionarem problemas nas redes, quando há ocorrência de fortes ventos e chuvas;
- Priorizar, para as granjas de aves, o retorno da religação quando ocorrerem quedas de energia na região;
- Preferencialmente o desligamento da rede pela Copel para manutenções deveriam ocorrer no período da manhã, devido à temperatura ser mais amena, não prejudicando demais os plantéis de aves.

Região de Medianeira

- A energia não está chegando com a carga necessária para atender a demanda de consumo. Exemplo desta situação ocorre onde a energia precisa ter a tensão de 380 volts nos horários de pico, está chegando com 320 volts (medição apurada por aparelhos), gerando sobrecarga e, conseqüentemente, desarmando chaves ou queimando aparelhos dos aviários;
- Atendimento do nível 0800 da Copel não funciona fora do horário comercial, sendo quase impossível falar com atendente para comunicar uma falta de energia elétrica. É necessário que

o serviço seja disponibilizado por 24 horas.

- O prazo regulamentar para restabelecimento da energia é de duas horas, no entanto, a empresa terceirizada que presta este serviço na região de Medianeira, não está cumprindo este prazo, fazendo várias viagens desnecessárias até o local com problemas. Eventualmente ocorre a visita de até três equipes diferentes para resolver o mesmo problema - às vezes a simples ligação de uma fase, atrasando a religação da energia;
- A Cooperativa Mista de Fornecimento de Energia (Cerme) solicitou à Copel providências necessárias para a regularização da distribuição da energia elétrica rural em Serranópolis do Iguçu. Sistemáticamente, em dias de temperatura elevada, cai o nível de distribuição de energia em baixa tensão, prejudicando o funcionamento de equipamentos de aviários, poços artesanais, resfriadores de leite, motores elétricos e demais equipamentos em propriedades rurais.

Região dos Campos Gerais

- Houve problemas de queda de energia praticamente diários no mês de fevereiro e início de março deste ano, no município de Carambeí, distrito de Catanduvas, comprometendo o desenvolvimento dos plantéis e morte de aves.



Região de Dois Vizinhos

- Há falta de energia, sempre que ameaça chover.
- As linhas de transmissão estão no limite da capacidade, havendo frequente sobrecarga;
- Tensão tem muita variação no padrão, provocando alto índice de queima de lâmpadas, danificação de motores e vários tipos de equipamentos rurais e domiciliares;
- Os desligamentos programados devem ocorrer em horários pela manhã, porque no período da tarde a ausência de energia nos aviários se torna crítica, principalmente pela temperatura ambiente inadequada ao desenvolvimento das aves;
- Há demora no restabelecimento da energia quando ocorrem quedas no fornecimento;
- Quando é solicitado um aumento de carga para atender uma expansão da atividade ou modernização de equipamentos da atividade há excessiva demora na liberação, pela exagerada burocracia e custo elevado.

Região de Palotina

- Há uma grave situação nas redes de fornecimento de energia nas áreas rurais da região, devido ao aumento do consumo

com a implantação de novos e maiores aviários, tanques de peixes com moderna tecnologia, ampliação de pocilgas para suinocultura, aumento na atividade de produção de leite. Além disso, tem ocorrido a ampliação de áreas com irrigação, implantação de silos para grãos e as linhas de transmissão foram instaladas a cerca de quarenta anos.

Região de Astorga

- Existe falta de pessoal para atender as demandas de falta de energia e há constantes reclamações sobre equipamentos obsoletos, que podem ser o motivo das frequentes quedas de energia;
- Os produtores sugeriram que a Copel procure fazer as programações de desligamento para manutenção das redes juntamente com as agroindústrias integradoras. Com isso seriam harmonizados os desligamentos com o período de vazio sanitário nas granjas, período em que não há animais nos aviários;
- Nos relatos à Comissão Técnica de Avicultura da FAEP há ainda queixas sobre o excesso de burocracia para o pagamento da indenização pela perda de equipamentos, em razão de problemas técnicos do abastecimento de energia.



Há controvérsias

A FAEP está atenta à questão da exploração do gás de xisto



A FAEP vem acompanhando e avaliando mediante estudos – como o elaborado pelo BNDES (“Gás não convencional: experiência americana e perspectivas para o mercado brasileiro”) - e ouvindo instituições e pesquisadores sobre a exploração do chamado gás do xisto. As reservas existentes no subsolo do território brasileiro seriam tão ou mais importantes que o pré-sal submarino. Mas há controvérsias.

Enquanto os Estados Unidos jogam pesado na sua exploração, praticamente ignorando os efeitos ambientais, países como a França proibiram sua retirada. Há notícias na Argentina, onde as maçãs produzidas na Província de Neuquen tiveram a exportação bloqueada por contaminação pelo gás de xisto. Quais os efeitos do “fracking” - o fraturamento da rocha de xisto subterrânea em solos cobertos pela agricultura?

Um dos destinos das viagens técnicas promovidas pela FAEP aos Estados Unidos (Veja pg. 24) é a Universidade de Illinois para ouvir de cientistas as explicações sobre esses efeitos do “fracking” entre os produtores americanos. O mesmo ocorrerá em Toronto, no Canadá.

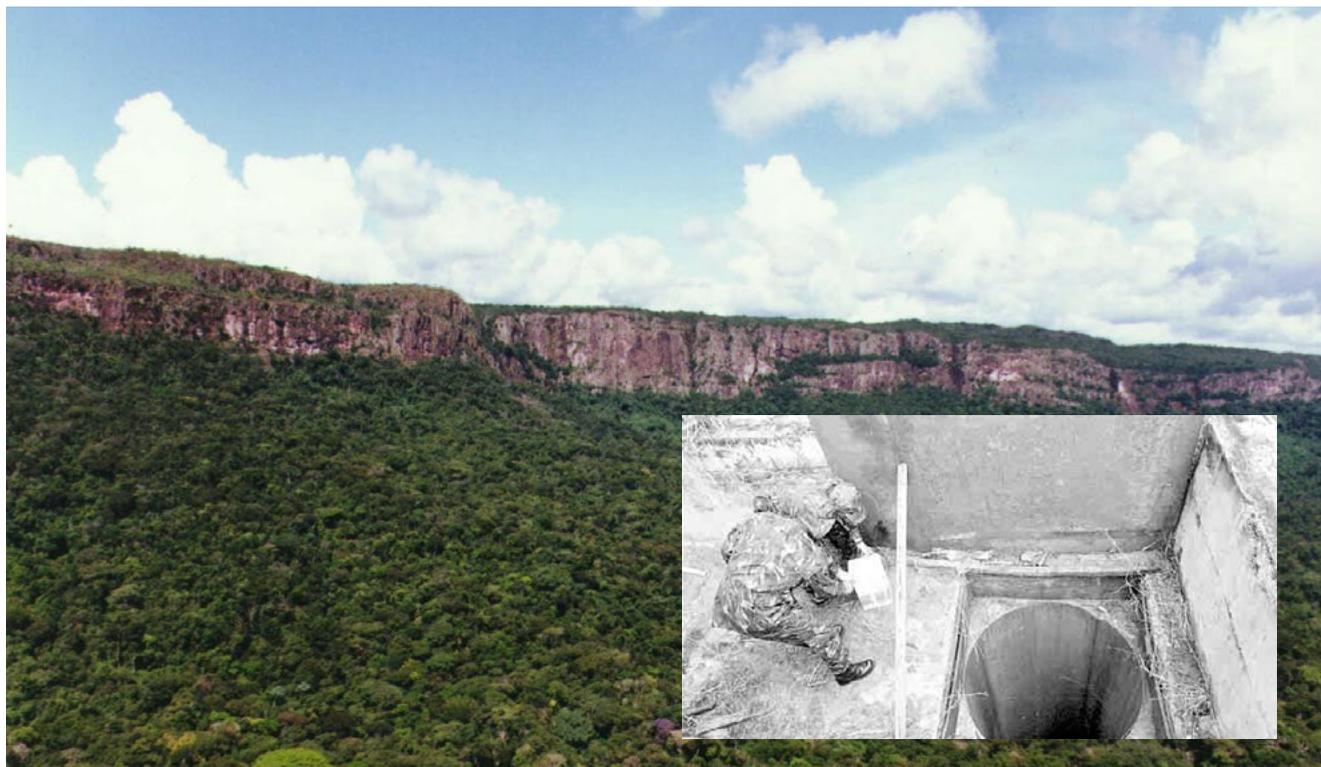
O fato é que em leilão realizado, no dia 28 de novembro do ano passado, pela Agência Nacional de Petróleo, foram arrematados 72 de 240 blocos ofertados com possibilidade

de exploração de gás de xisto. A Petrobras participará da exploração em 70% das áreas, localizadas, principalmente, em Sergipe, Alagoas, Bahia e no Paraná. Em um primeiro momento, as empresas estão autorizadas apenas a fazer pesquisas para avaliar a segurança econômica, ambiental e social da exploração.

Os problemas ambientais estariam no fato de que grande quantidade de água é misturada com areia e um “coquetel” de substâncias químicas (cuja composição tem sido mantida confidencial pelas empresas) para “fraturar” o xisto, onde está o gás. Além de possíveis problemas pela “quebra” da estrutura geológica, cerca de 50% a 70% da água injetada é recuperada e trazida de volta para a superfície. O gás liberado do xisto não é metano puro, vem acompanhado de nitrogênio (que não queima) e de várias impurezas, como sulfato de hidrogênio (que é tóxico e corrosivo), tolueno e outros solventes.

Da mesma forma que a exploração desse combustível se acentua também no Brasil, a comunidade científica, em carta aberta à presidente da República, no início deste ano, alertou que o país ainda carece de estudos aprofundados sobre os riscos socioambientais da extração de gás não convencional. Que sejam feitos, porque o país precisa tanto de energia quanto da agricultura.

Na Serra do Cachimbo, um buraco nuclear



Em 8 de agosto de 1986 o então presidente José Sarney levou um susto. O jornal “Folha de São Paulo” queria saber sobre as instalações subterrâneas na serra do Cachimbo, sul do Pará, limite com Mato Grosso, que pelas suas características se prestariam a testes nucleares de diversos tipos. Sarney mandou dizer que por sua mesa não havia passado “nenhum documento desse tipo”, mas tratou de convocar generais e brigadeiros ao Palácio.

O jornal já tinha detalhes, informou que ia publicar e publicou. Detalhou que o projeto da área de teste era do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) e tinha o apoio de pesquisadores de órgãos vinculados ao Centro Técnico Aeroespacial (CTA, do Ministério da Aeronáutica), do Instituto de Atividades Espaciais (IAE) e Instituto de Estudos Avançados (IEAV). A segurança da área militar era de responsabilidade da Força Aérea Brasileira (FAB), que já dispunha, na região, de pistas de pouso de 3.200 metros.

A escolha da serra do Cachimbo, segundo o jornal, devia-se as condições geológicas da região. Tratava-se de um conjunto de platôs com uma altitude máxima de 640 metros acima do nível

do mar, cobertos por arenito, com uma espessa camada de rochas ígneas (impermeáveis) e sem o risco de atingir lençóis freáticos (lençóis d’água). A região militar da serra do Cachimbo está localizada no município de Itaituba, o maior do Brasil, com 700 km de extensão.

O poço levou um ano para ser perfurado e ficou pronto em julho de 1986; tinha 320 metros de profundidade e pouco mais um metro de diâmetro. Era o “Buraco do Cachimbo”, como ficou conhecido.

Desde 1975, quando o Brasil fechou um acordo com a Alemanha para a construção de reatores em Angra dos Reis, os militares namoravam a ideia de ter a bomba A. Nessa época o Brasil desconfiava da Argentina e vice-versa, e a construção de Itaipu na tríplice fronteira (Brasil-Paraguai e Argentina), que estava saindo do papel, previa que ia dar confusão. E deu, porque os argentinos achavam que Itaipu era a nossa “bomba hidráulica” – capaz de inundar até Buenos Aires. Foi uma dureza se chegar ao acordo entre os três países, ambos governados por militares.

Anos mais tarde da descoberta do “Buraco do Cachimbo”,

o físico José Goldemberg confirmou que o governo Geisel fez o acordo nuclear com a Alemanha, caríssimo, prevendo a construção de oito reatores com grau crescente de nacionalização. “O projeto era para fins pacíficos, mas seria mantida aberta a opção militar. Para quem domina o ciclo nuclear pacífico, o militar não é tão diferente. Claramente, em 1975, o governo deixou a porta aberta para fazer armas nucleares”.

Somente em 1990, o governo Collor contrariou os militares ao desativar o programa nuclear do Exército e da Força Aérea e fiel ao seu estilo marqueteiro, selou o buraco de Cachimbo. A Marinha continuou enriquecendo urânio, nominalmente para fins pacíficos – para o submarino nuclear. Em 1998, o governo Fernando Henrique aderiu ao Tratado de Não Proliferação Nuclear.

O submarino nuclear

No estaleiro da empresa francesa Direction des Constructions Navales et Services (DCNS), em Cherbourg, a “Cité de la Mer” (cidade do mar), a 360 quilômetros de Paris, está tomando corpo o maior contrato militar internacional do Brasil: o Programa de Desenvolvimento de Submarinos estimado em R\$ 15 bilhões. Desta vez, os brasileiros não estão só comprando, e sim procurando fazer. Técnicos e engenheiros brasileiros lidam com a construção do submarino nuclear com 71 metros e 1.850 toneladas e de outros cinco de propulsão a diesel. Depois de EUA, França, Rússia e China, somente duas nações têm no futuro previsível condições de

ingressar no clube dos submarinos nucleares: Brasil e Índia, dizem os especialistas. Esse projeto bilionário ganhou força após a descoberta do pré-sal. Ele está no que é chamada de “Amazônia Azul”, uma área oceânica com enormes interesses econômicos, incluindo concentração de minerais estratégicos, petróleo e gás. Que precisa ser protegida.

Mas da mesma forma como ficou para a história a tentativa de se construir a bomba atômica, pouco se fala do submarino nuclear da Marinha. E do pré-sal tem gente que se arreia, porque há contratos bilionários com a Petrobras.

A energia nuclear

Existem duas formas de aproveitar a energia nuclear para convertê-la em calor: a fissão nuclear, onde o núcleo atômico se subdivide em duas ou mais partículas, e a fusão nuclear, na qual ao menos dois núcleos atômicos se unem para produzir um novo núcleo. A fissão nuclear do urânio é a principal aplicação civil da energia nuclear. É usada em centenas de centrais nucleares em todo o mundo, o Brasil conta com duas usinas em operação. A primeira é Angra 1, que entrou em operação comercial em 1985 e tem potência de 640 megawatts. A outra é Angra 2, que começou a operar em 2001 e cuja potência é de 1.350 megawatts. Juntas representam 3% da geração de energia elétrica do país. Itaipu é uma usina hidrelétrica, tem potência instalada de 14.000 megawatts e responde por 18% do consumo nacional de energia.



Produtores aguardam a aprovação de propostas do Proagro

FAEP pede a ministérios e outros órgãos agilidade para as medidas



A reunião no final de março de 2013

Há mais de um ano, em março de 2013, a FAEP sediou o “Fórum de Análise e Sugestões sobre o Proagro”, organizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e pela própria Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep). O encontro discutiu diversos pontos em que foram constatadas, pelos diferentes agentes incluídos no programa, as dificuldades de cumprimento das normas constantes do Manual de Crédito Rural para o Proagro.

Estavam presentes representantes de outras nove instituições, públicas e privadas, que atuam direta ou indiretamente com o Proagro: Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Banco do Brasil (BB), Sicredi, Cresol, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) e Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar).

Diante dos gargalos apresentados pelos participantes,

foram elaboradas propostas de mudanças no Proagro, ressaltando-se que a atividade da olericultura precisa de um tratamento diferenciado no crédito rural, que implica em mudanças no Proagro.

No último dia 06, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou documento aos ministérios de Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, da Fazenda e a outros órgãos relacionados ao problema. Nele, é lembrado que, passado mais de um ano desse fórum, “as propostas de mudanças no Proagro não foram implantadas e os problemas com o programa se acumulam. Em 2014, por exemplo, as reuniões da Comissão Especial de Recursos (CER-PROAGRO) não foram realizadas em Curitiba”.

Com esse quadro e a proximidade do lançamento do Plano Agrícola e Pecuário e do Plano Safra, a presidência da FAEP solicitou apoio para aprovação das medidas visando o aperfeiçoamento do Proagro. A íntegra das propostas está abaixo:

* Presidente da Frente Parlamentar Agropecuária; Secretária

de Política Agrícola/Mapa; Secretaria da Agricultura Familiar/Mda; Bacen - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural; IPA/FPA

PROPOSTAS DE MUDANÇAS DO PROAGRO

1. Considerar válidos, nos casos em que o casal tenha Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP e quando a(o) cônjuge/companheira(o) do(a) beneficiário(a) não possua operações de crédito rural, os comprovantes em nome da esposa(o) do beneficiário(a).

1.1. Justificativa:

1.1.1. Tendo em vista que o poder público conceituou, na forma da lei nº 11.326/2006, o que é agricultura familiar; além disso, criou linhas de crédito específicas para esta “categoria” e criou um “seguro” para garantir a permanência do trabalho familiar. Desta forma, achamos ser importante valorizar situações que claramente se enquadram no contexto.

1.1.2. São diversos os processos que são encaminhados a CER constando situações em que o comprovante fiscal foi emitidos em nome do(a) cônjuge/companheira(o) do(a) beneficiário(a), e acreditamos ser possível considerar válidas essas situações, desde que estejam ambos escritos na DAP e a terceira pessoa não tenha operação de crédito em nome próprio em todas as instituições financeiras.

1.1.3. Podem ser cobrados outras obrigações, como fazer constar, no instrumento de crédito, a(o) cônjuge/companheira(o) como devedor da operação.

1.2. Proposta: alteração do texto regulamentar:

O texto contido no MCR 16.1.9 teria o acréscimo de um novo item (a.1):

MCR 16.1.9 - Relativamente aos comprovantes de aquisição de insumos referidos na alínea “e” do item 8: (Res 3.478; Res

3.598 art 1º § 1º II; Res 3.747 art 3º II; Res 4.142 art 1º)

- a) admite-se como comprovante a primeira via de nota fiscal, o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (Danfe) ou o cupom fiscal, emitidos na forma da legislação em vigor, nominal ao beneficiário, ou cópia autenticada pelo agente do Proagro ou em cartório, ou declaração emitida por órgão público responsável pelo fornecimento de insumos ao beneficiário, com a especificação do tipo, denominação e quantidade dos insumos fornecidos; (4.142 art 1º)
- a.1) em operações amparadas pelo Proagro Mais, admite-se comprovante fiscal emitido em nome da(o) cônjuge/companheira(o) do(a) beneficiário(a) do programa, desde que possuam uma única DAP e o(a) cônjuge não possua operação de crédito rural contratada em nenhum agente financeiro.

2. Prorrogar a operação até que a CER ou o banco julgue o processo.

2.1. Justificativa:

2.1.1. A CER, atualmente, não tem conseguido decidir os processos presentes no órgão de forma eficiente e célere, trazendo prejuízo irreparável ao beneficiário. Ocorre que, nos dias de hoje, depois de 120 dias, o juro corre normalmente, enquanto a CER nem analisou o pedido do beneficiário.

2.2. Proposta: alteração do texto regulamentar:

MCR 16.1.17 - Sem prejuízo da aplicação das normas específicas deste manual, é obrigatório prorrogar, até que a CER ou o banco julgue o processo, o vencimento original da operação de crédito rural, pendente de providências na esfera administrativa, inclusive pagamento pelo Banco Central do Brasil, no âmbito do programa, desde que: (Res 3.478)

- a) esteja em curso normal; (Res 3.478)
- b) a comunicação de perdas e o recurso à Comissão Especial de Recursos (CER), quando for o caso, tenham sido apresentados tempestivamente. (Res 3.478)



3. Redução do valor do adicional do Proagro para 1% em lavouras com plantio direto.

3.1. Justificativa:

3.1.1. O sistema de plantio direto é uma tecnologia que permite uma melhor estruturação do solo, o que permite uma maior reserva de água e, conseqüentemente, maior resistência às plantas contra eventos adversos, tais como a seca.

3.1.2. A adoção desta medida seria uma forma de dar um maior incentivo governamental a adoção desta tecnologia.

3.2. Proposta: alteração do item “a” no MCR 16.3.2.

MCR 16.3.2 - As alíquotas do adicional para enquadramento no Proagro de empreendimentos financiados são: (Res 4.255 art 1º)

- a) para os empreendimentos irrigados ou cultivados com a adoção do plantio direto: 1% (um por cento), independentemente da região, da linha de crédito ou do programa a que vinculado o beneficiário;

4. Aumentar os prazos para realização da perícia.

4.1. Justificativa:

4.1.1. Atualmente os prazos estão curtos e a quantidade de peritos é pequena, o que dificulta e, em muitos casos, até inviabiliza a realização de um trabalho eficiente e efetiva.

4.2. Proposta: alteração dos prazos contidos no MCR 16.4.14

14 - A comprovação de perdas deve ser efetuada: (Res 4.142 art 3º)

- a) no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação do agente, no caso de perda parcial ou total por evento ocorrido na fase de colheita;
- b) no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação do agente, no caso de perda total, exceto quanto ao disposto na alínea “a”;

c) no caso de perda parcial por evento anterior à fase de colheita, mediante 2 (duas) visitas ao imóvel, sendo a primeira no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação do agente e a outra na época programada para início da colheita.

5. Alterar a redação do MCR 16.5.14 “b” para considerar o preço de comercialização, presente em nota fiscal nominal e com data anterior à decisão em primeira instância.

5.1. Justificativa:

5.1.1. Diversos beneficiários têm sido prejudicados, pois comercializam suas produções por um preço bem inferior ao aferido pelo agente do Proagro. O preço, do agente, é tomado com base no valor do dia da decisão, o que, em diversas ocasiões, difere significativamente do preço efetivamente obtido com a venda.

5.2. Proposta: alteração do texto contido no MCR 16.5.14 “b”.

MCR 16.5.14 - Para efeito do disposto no item anterior: (Res 3.544)

- a) na identificação do preço, inclusive no caso de produção comercializada, deve ser levada em consideração a qualidade do produto indicada pelo técnico responsável pela comprovação de perdas; (Res 3.544)
- b) não havendo perda de qualidade do produto, prevalece o preço indicado na primeira via da nota fiscal, para parcela comercializada, desde que o comprovante fiscal seja nominal e apresentado anteriormente a decisão em primeira instância; (Res 3.544)
- c) no caso de perda de qualidade do produto por causa amparada, desde que o fato fique expressamente consignado no relatório de comprovação de perdas, não se considera o preço admitido quando do enquadramento da operação no programa. (Res 3.544)





6. Retirar do manual de crédito rural a letra “c” do capítulo 16, seção 7, do item 12.

6.1. Justificativa:

6.1.1. Esse MCR foi previsto em uma época em que o perito cobrava à parte a medição da lavoura, o que não ocorre mais.

6.1.2. É um texto desatualizado.

6.2. Proposta: retirada do MCR 16.7.12 “c”.

12 - Cabe ao beneficiário o ônus das despesas de: (Res 3.556)

- a) comprovação de perdas, quando constatado dolo ou má-fé na comunicação de perdas; (Res 3.556)
- b) comprovação de perdas, no caso de indeferimento do pedido de cobertura por comunicação de perdas indevida, segundo definição prevista na seção 16-4; (Res 3.556)

7. Considerar cobertura mínima de 80% - MCR 16.5.21.

7.1. Justificativa:

7.1.1. Considerando que o acesso ao Proagro está vinculado ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), há uma redução nos riscos de perdas na lavoura. O Proagro parte de uma cobertura mínima de 70%, percentual que representa um risco maior aos produtores na hipótese de eventuais perdas de produção cobertas pelo programa.

7.2. Proposta: alterar o MCR 16-5-21 a 16-5-26 prevalecendo a seguinte regra:

Retornar, para os produtores que não tiveram deferimento

do pedido de cobertura na última safra, a cobertura inicial de Proagro ao percentual de 100%, criando uma regra de decréscimo de 100% para até 80%. Como regra transitória, para os produtores que tiveram deferimento do pedido de cobertura na última safra o percentual será de 90%.

O primeiro enquadramento é realizado com percentual máximo de cobertura (100%), perdendo dez pontos percentuais a cada enquadramento do mesmo empreendimento que contar com deferimento de pedido de cobertura, até o limite mínimo de 80% no caso do empreendimento ter recebido dois deferimentos do pedido de cobertura em safras subsequentes. Nesse caso, da mesma forma, o produtor recupera o status de cobertura de 100% ao não apresentar deferimento de cobertura a cada safra, sendo acrescidos dez pontos percentuais até o limite máximo de 100%.

8. Melhorar a estrutura da Comissão Especial de Recursos (CER-PROAGRO)

8.1 Justificativa:

8.1.1 A CER não está conseguindo julgar os processos com a dinâmica necessária por diversos fatores, e o principal é o pequeno quadro de profissionais para realizar as análises dos processos. A morosidade dos trabalhos da CER prejudicam os agricultores, porquanto o julgamento dos processos está ultrapassando os 120 dias em que a operação fica prorrogada.

8.2 Proposta: melhorar a estrutura do CER, com a disponibilização de pessoas capacitadas para realizar as análises com qualidade, facilitando e agilizando os julgamentos dos processos.

9. Aperfeiçoar as regras para a Olericultura

9.1 Justificativas:

9.1.1. Atualmente as condições de crédito, voltadas para grandes culturas, não atendem as particularidades da olericultura. Exemplo disso é a contratação de custeio com adesão ao Proagro. Atualmente o olericultor contrata crédito de custeio para produção de um ano e para uma cultura principal. Na realidade, na mesma área ele planta vários ciclos de várias culturas, pois entre o plantio até a comercialização o período é curto – de 90 a 120 dias.

9.1.2. O enquadramento obrigatório no Proagro não vem trazendo resultados ao produtor, uma vez que se houver prejuízo em uma safra, mesmo causado por causas amparadas, a expectativa de colheita das safras dos ciclos futuros será suficiente para cobrir o valor do financiamento.

9.1.3. A contratação por ciclo produtivo também não resolve o problema, pois se torna onerosa, com a necessidade de elaboração de projeto e liberação de crédito a cada ciclo produtivo de 90 a 120 dias. Há ainda o problema de liberação de crédito em época inoportuna para a atividade.

9.2 Propostas:

9.2.1. Liberação do crédito em época compatível com a necessidade de utilização/aplicação na olericultura.

9.2.2. Criar no RECOR/BACEN um código para “olerícolas diversas” de ciclo até 120 dias de produção durante todo o ano. Estabelecer como padrão um orçamento (planilha) regional modal o qual deverá representar o custo médio por hectare para uma “cesta” de olerícolas, de modo que o produtor fará um único financiamento anual para plantar “olerícolas diversas”.

9.2.3. Permitir liberação de crédito de custeio em uma única parcela referente à área total a ser plantada na safra, escalonando as amortizações para o final de cada ciclo produtivo.

A amortização de cada ciclo produtivo fica atrelada a contratações independentes de Proagro permitindo a cobertura de Proagro por ciclo produtivo, quando houver perda de produção em uma cultura ou ciclo específico.

9.2.4. Outra solução, sobre a qual, sabe-se, há estudos no governo, seria o crédito/financiamento da propriedade (sistêmico) para a olericultura. Esta implicará numa mudança radical nas normas do Crédito Rural e do Proagro.

10. Incluir tromba d’água na cobertura como evento amparado pelo Proagro.

10.1 Justificativa:

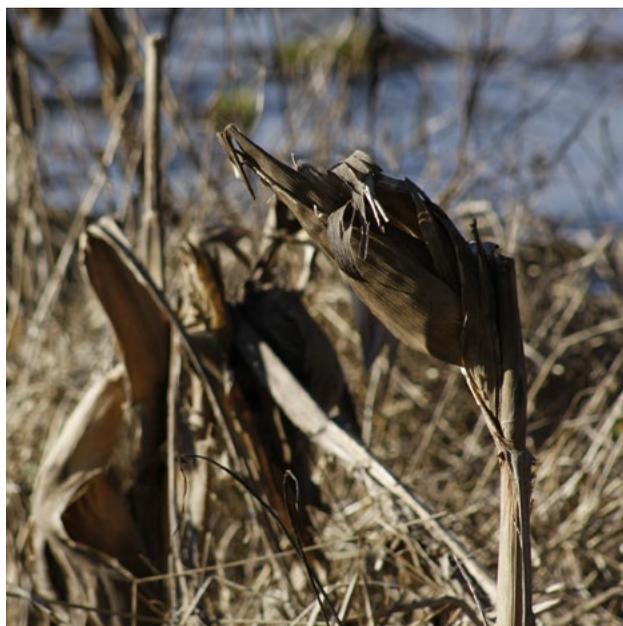
10.1.1. O evento tromba d’água injustificadamente não é amparado pelo Proagro, considerando que o seguro agrícola privado já considera esse evento nas apólices. Por definição da BB Seguros, a tromba d’água é:

“grande porção de água de chuva em um curto espaço de tempo, provocando inundação ou alagamento, com consequentes danos à cultura segurada, tais como erosão, enterrio ou arraste de sementes e/ou plantas, e movimentação de terras e formação de crostas.”

10.2 Proposta: alterar o MCR 16.5.2, incluindo esse evento no item “IX”:

2 - São causas de cobertura dos empreendimentos efetivamente enquadrados no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) na forma regulamentar e segundo expressa manifestação do encarregado dos serviços de comprovação de perdas ou da assistência técnica, sem prejuízo da observância de exceções previstas neste capítulo, particularmente no item 3: (Res 3.544; Res 4.142 art 4º)

- a) nas operações de custeio agrícola: fenômenos naturais fortuitos e suas consequências diretas e indiretas relacionados aos seguintes eventos: (Res 3.544)
 - I - chuva excessiva; (Res 3.544)
 - II - geada; (Res 3.544)
 - III - granizo; (Res 3.544)
 - IV - seca; (Res 3.544)
 - V - variação excessiva de temperatura; (Res 3.544)
 - VI - ventos fortes; (Res 3.544)
 - VII - ventos frios; (Res 3.544)
 - VIII - doença ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia, técnica e economicamente exequíveis; (Res 4.142 art 4º)
 - IX – tromba d’água;
- b) nas operações de custeio pecuário: perdas decorrentes de doença sem método difundido de combate, controle ou profilaxia. (Res 3.544).



Agronegócio e sustentabilidade

No final de maio, Xico Graziano estará em Ponta Grossa, Maringá e Londrina



A agricultura caminha para se tornar uma atividade cada vez mais sustentável e seletiva, que vai exigir um preparo ainda maior por parte dos produtores. A expectativa é que, nos próximos anos, os consumidores e os mercados intensifiquem as restrições e as exigências por certificações.

Com apoio da FAEP, o Fórum Nacional de Agronegócios CBN programou três palestras no final deste mês de maio, no Paraná, com o engenheiro agrônomo e professor Francisco Graziano Neto, o Xico Graziano, especialista em sustentabilidade. Os eventos serão realizados, nos, dias 26, 27 e 28 em Ponta Grossa, Maringá e Londrina, respectivamente.

Graziano é comentarista do Canal Terra Viva, da TV Band e articulista do jornal O Estado de S. Paulo. Doutor em Administração, ele abordará o tema “Como conciliar sustentabilidade e agronegócio” a plateias com cerca de 500 participantes, em média, formadas em sua maioria por produtores convidados e lideranças. O conferencista já foi, também, duas vezes secretário estadual do governo de São Paulo, respondendo

pelos pastas da Agricultura e do Meio Ambiente.

Nas três cidades, as palestras começam às 20h, nos seguintes locais: em Ponta Grossa, no centro de eventos do Slaviero Hotel; em Maringá, no Recinto de Leilões do Parque Internacional de Exposições Francisco Feio Ribeiro e, em Londrina, no Recinto de Leilões do Parque Internacional de Exposições Governador Ney Braga.

Promovido pelo segundo ano consecutivo, o Fórum Nacional de Agronegócios CBN é uma realização das rádios CBN das três cidades e seus respectivos parceiros. No ano passado, o evento se restringiu a Maringá, onde houve palestras com o ex-ministro Roberto Rodrigues, o presidente da John Deere, Paulo Herrmann, e o presidente da Associação Brasileira de Agronegócios (Abag), Caio Carvalho. Em 2014, além de Xico Graziano, estão confirmados, nas três cidades, Alysso Paulinelli, em agosto (para falar sobre sistema de integração lavoura, pecuária e floresta), e o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes, em setembro (que abordará as conquistas da empresa ao longo de seus 41 anos).

A dama da Copa

- “Se a bola é feita de couro, se o couro vem da vaca e se a vaca come grama, então a bola gosta de rolar na grama e não ficar lá por cima; portanto, meus filhinhos, vamos jogar com ela no chão”.



Era assim que o pernambucano Gentil Alves Cardoso (1906 - 1970) técnico de futebol e uma das figuras mais folclóricas do esporte, ensinava seus “pupilos” nos treinamentos e jogos.

São dezenas as histórias de técnicos que pegavam pela frente jogadores bons de bola, mas ruins da cabeça. Elba de Pádua Lima, técnico do Coritiba nos anos 70, também ensinava a um ponta direita a cruzar a bola “quando você chegar às Lojas Pernambucanas”. Quase na linha de fundo havia uma placa da loja famosa. O problema para o ponta direita é que a placa existia no estádio do Coritiba, mas não nos outros. Pernambucanas estão por aí, mas a bola que vai rolar nos gramados da Copa do Mundo já não tem como matéria-prima só couro de vacas ou bois; são feitas, segundo os especialistas, de couro sintético.

Mas a história das bolas de futebol ou parecidas como as conhecemos são muito antigas. Na Idade Média ela era feita de couro ou madeira e, frequentemente, com enchimento de cabelo ou musgo. Imaginem! Centenas de homens participavam, não havia regras verdadeiras e normalmente se transformava em um combate em massa. Era uma fúria tal que uma trilha de corpos ensanguentados e machucados era sempre deixada no rastro da luta pela bola.

Na Inglaterra, em 1365, o Rei Edward III decidiu proibir o futebol por razões militares – as tropas preferiam o jogo a lutar ou mesmo praticar arco e flecha. Ninguém sabe ao certo, mas naqueles tempos alguém descobriu que as bexigas de porcos infladas eram

boas para os chutes, e repicavam extremamente bem, e foram incorporadas em muitos jogos.

O problema era que não havia juiz (e polícia) para acalmar os ânimos e o pau comia solto num jogo em que os frequentadores das cortes dos Reis classificavam como jogos da plebe. A bola (ou a bexiga dos suínos) era a principal vítima da “plebe”. Aí a recaparam com couro.

A bola de futebol de couro revestindo a bexiga mais antiga existente, provavelmente, tem 450 anos e foi encontrada escondida nas vigas em cima da cama da Rainha Maria dos Escoceses, no Castelo de Stirling, na Escócia. A Rainha era conhecida por lançar a bola de sua sacada no começo das partidas entre os empregados reais e os soldados.

Mas as redondas, pelotas, esferas, ou simplesmente as bolas foram evoluindo. Nos anos 1920, os fabricantes começaram a usar um tecido forte para cobrir o couro, impedindo que ele esticasse e perdesse a forma. Até os anos 30, todos os gomos de couro tinham de ser cortados à mão, então, dependendo da habilidade do cortador, sempre havia margem para erro. Na época usava-se sebo (aponevrose) de açougueiro para amaciar o couro. Ainda nessa década foram desenvolvidas máquinas com facas moldadas, o que acelerou o processo de corte e gerou maior uniformidade. Os gomos também eram planos e cada costureiro tinha que fazer os próprios buracos de costura com um furador.

A bola moderna

Quase toda bola de futebol fabricada hoje em dia é feita de couro sintético, porque sua espessura varia muito menos do que a do couro natural. Normalmente, uma bola consiste de várias camadas de material que são revestidas com uma cobertura à prova d'água. As camadas são impressas e cortadas em gomos de diversas formas, normalmente pentágonos ou hexágonos, e também retângulos ou outras formas, que são costuradas juntas para formar a bola.

Hoje em dia mais de 40 milhões de bolas de futebol são produzidas por ano e há cerca de 90 fabricantes licenciados pela Fifa. A exclusividade da bola da Copa custa milhões ao patrocinador, no caso desta no Brasil, a Adidas.

Uma dama chutada, cabeceada, prensada, judiada e algumas vezes beijada.

A evolução da Arena

O site oficial da Fifa deveria ser atualizado, porque diz lá que a Arena da Baixada, o estádio do Atlético Paranaense, terá suas obras terminadas “em dezembro de 2012”. Mas aos trancos e barrancos, o velho estádio Joaquim Américo, seu nome original, vai ganhando contornos modernos e tem reza braba para ficar pronto em junho. Ele é uma das 12 arenas que sediarão os jogos da Copa. Tem capacidade para 40 mil pessoas e se transformará, também, no maior espaço de shows milionários depois desses jogos que, cá entre nós, não são nenhuma Brastemp: Irã x Nigéria; Honduras x Equador; Austrália x Espanha e Argélia x Rússia.



Da porteira ao Frigorífico

Cuidados com o animal garantem a qualidade da carne



Diariamente, ao amanhecer, mais de 60 homens e mulheres vestidos de branco, botas impermeáveis e luvas, estão a postos diante de imensos balcões onde estão ganchos de aço móveis. É o início de um trabalho cadenciado e preciso que ao seu final justifica o velho ditado de que “do boi só sobra o berro”.

O cenário está no Frigorífico Argus, às margens da BR-376 (Curitiba-Joinville) e é praticamente o mesmo em outros 270 estabelecimentos especializados no abate de bovinos. Diante de uma grande janela, a zootecnista Fernanda Moizes observa e avalia o retalhamento das grandes carcaças de traseiros e dianteiros que ininterruptamente, até o final da manhã, mancham de vermelho os uniformes dos funcionários. Formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e responsável pelo programa de qualidades de carcaças do Laboratório de Pesquisas em Bovinocultura (Lapbov) da

UFPR, há quatro anos ela acompanha sistematicamente o abate de 350 animais diariamente.

O trabalho começa cedinho, às 5 da manhã, quando Fernanda avalia o peso do boi vivo e o sexo. Após o abate, a zootecnista analisa a denteição (para determinar a idade), assim como o acabamento de gordura e o peso da carcaça. “A tipificação de carcaça bovina é a principal ferramenta para avaliar qualidades intrínsecas à carne e que, nem sempre, podem ser visualizadas nos cortes. Você faz uma avaliação geral, olha o traseiro, costelas, pernas e pescoço”, explica.

Pela classificação, ela consegue identificar vários fatores que interferem na qualidade da carne, como lesões nas carcaças dos bovinos que resultam em prejuízos ao produtor. “As lesões ocorrem por causa do manejo inadequado nas propriedades ou nos próprios



A zootechnista Fernanda Moizes

currais dos frigoríficos. Um exemplo disso é a aplicação de vacinas e medicamentos de maneira indevida e em locais impróprios. Além disso, o despreparo durante o processo de condução e entrada dos animais nos caminhões boiadeiros e os descuidos ligados ao transporte da carga viva até as unidades de abate”. Fernanda observa que no caso da vacina, por exemplo, os cuidados básicos durante a aplicação poderiam reduzir as perdas. “Geralmente, esse tipo de lesão ocorre pela formação de abscessos”.

Um estudo realizado por Fernanda junto ao Lapbov mostra que, ao longo do ano passado, o frigorífico teve um prejuízo de R\$ 332 mil com o descarte de carne por causa das partes machucadas (hematomas, edemas, fraturas e abscessos) nas carcaças. “A parte lesionada é sempre retirada e há casos em que animal inteiro é descartado. Isso ocorre, por exemplo, quando o boi cai durante o transporte até o frigorífico e os outros animais acabam pisoteando-o, comprometendo a carcaça inteira”.

A zootechnista aponta que a maioria dos hematomas e contusões é provocada por objetos pontiagudos (como ferrões, lascas de madeira e pontas de parafusos), pisoteios, tombos, prensadas e pancadas em currais, porteiras e troncos de contenção. “No dia a dia a gente nota que as contusões nas carcaças são generalizadas, a maioria ocorre nas regiões do vazio, costela e traseiro, áreas proeminentes do animal, portanto mais susceptíveis a lesões”.

Na sua avaliação, ao longo dos quatro anos que trabalha no frigorífico, a pecuária está longe de atingir o status de excelência no Paraná. “Nós precisamos evoluir muito, temos que melhorar

precocidade, genética e por aí vai”. Hoje o abatedouro compra animais de 220 municípios em todo o Estado.

Prejuízos

Uma pesquisa realizada pelo zootechnista Mateus Paranhos da Costa, professor de etologia e bem-estar animal da Unesp Jaboticabal, revela um assustador índice de hematomas nas carcaças dos bois por causa do manejo inadequado dos animais. Segundo ele, um levantamento realizado durante três anos acompanhando o abate de 100 mil cabeças, mostra que pelo menos 50% dos animais tinham um hematoma na carcaça. “Numa projeção, se o país abate 40 milhões de bois ao ano, a metade apresenta ferimentos sérios, ou seja, pelo menos 20 milhões. Considerando-se 10 milhões de quilos desperdiçados, chega-se a um prejuízo de R\$ 76 milhões. Só com hematomas”, disse recentemente em entrevista à revista Globo Rural.

Abate

Afinal, como é feito o abate dos animais? Primeiramente são transportados para os frigoríficos e na chegada separados por lotes de acordo com a procedência, onde permanecem em repouso e jejum, apenas com dieta hídrica por 24 horas a fim de reduzir o conteúdo gástrico. Após o descanso, os bois são encaminhados

para o abate, passando pela seringa (corredor que vai afunilando) e onde recebem banho por aspersão. Esse banho é feito com água fria clorada para aumentar a pressão sanguínea e ajudar no momento da sangria, além de higienizar os animais e acalmá-los.

Depois disso, ocorre o sensibilização, momento em que os animais são atordoados através de um jato na cabeça por uma pistola de dardo pneumático. Esse jato provoca o deslocamento do cérebro dos bovinos e assim ficam inconscientes. Em seguida o fundo do boxe abre e caem numa área chamada “área de vômito”, pois geralmente vomitam e assim recebem um jato para limpeza. Logo, os bovinos são pendurados pelas patas traseiras para se fazer a sangria.

Esse processo é feito por corte no pescoço atingindo os grandes vasos. É onde o animal morre, por falta de oxigenação no cérebro. O sangue que escorre é coletado na calha e direcionado para armazenamento em tanques, parte desse sangue pode ser vendido

para indústria de beneficiamento onde haverá a separação da fibrina, albumina e plasma.

Após isso, seguem para a zona suja onde o couro, chifre e patas são retirados. Depois transportados para a zona limpa onde é feita a evisceração e inspeção de órgãos e carcaças. A cabeça é retirada, além das vísceras brancas e vermelhas. Todos os órgãos, como fígado ou coração, são retirados e destinados a um lugar separado.

Em seguida, as carcaças são divididas ao meio. Por fim, é feita a retirada dos rins, gordura perirrenal e inguinal, medula espinhal, diafragma e segue para a lavagem com água quente. Depois disso, as carcaças recebem o carimbo do SIF e seguem à refrigeração. Uma boa carcaça tem um rendimento superior a 54% nos animais machos e 48% nas fêmeas, segundo Fernanda. Em média pesa em torno de 270 quilos depois de todo o processo (retirada de vísceras etc).

CONHEÇA A CARNE QUE VOCÊ CONSOME

1 - Cupim	16 - Costela - Assado
2 - Acém	17 - Costela Minga - Rojão
2a - Bisteca do Acém	18 - Miolo da Paleta
2b - Costela do Dianteiro	19 - Raquete - 7 da Paleta com osso
3 - Contra Filé de Costela	19a - Bisteca do 7 da Paleta
3a - Entrecote - Noix - Bife Ancho	19b - Ganhadora - 7 da Paleta
3b - Bisteca - Bistecão	19c - Peixinho
3c - Surtum - Capa do C. Filé	20 - Pescoço
4 - Contra Filé de Lombo	20a - Pescoço com osso - Púchero
4a - T-Bone	21 - Peito - Granito
4b - Bisteca - Bistecão	21a - Bisteca do Peito
5 - Filé Mignon	22 - Músculo do Dianteiro
6 - Picanha	23 - Testículos
7 - Miolo do Alcatra	24 - Mocotó
7a - Rolha do Alcatra - Baby Beef	25 - Fígado
8 - Coxão Duro	26 - Coração
9 - Coxão Mole	27 - Rim
10 - Lagarto - Tatu	28 - Bucho
11 - Rabo	29 - Língua
12 - Músculo Traseiro	30 - Miolo
12a - Músculo Chato - Tortuguíta	
12b - Ossobuco	
13 - Patinho	
14 - Maminha	
15 - Fraldinha - Vazio	



Lesão provocada por porteira (à esquerda) e vacinação em local errado (à direita)

Sem estresse, mais qualidade, mais \$\$\$\$

“Presenciamos a destruição, em minutos, de excelentes animais pela imperícia e más instalações de abate”

O manejo inadequado dos bovinos na propriedade, com o uso de golpes, varas, choques e cães, assim como outras práticas que podem acontecer em qualquer ponto da cadeia podem gerar grandes perdas econômicas. É o que alerta o médico-veterinário Alexandre A. Jacewicz, membro da Academia Paranaense de Veterinária e ex-técnico do DTE/FAEP. Segundo ele, o bem-estar do animal é traduzido por manejo eficiente e correto. “O estresse do animal interfere totalmente na qualidade da carne. Vários fatores deixam o boi estressado, como o tipo de nutrição que foi submetido, o manejo na propriedade, no transporte, no curral de espera e até o momento do sacrifício. Em todos esses pontos, o manejo incorreto pode causar grandes danos à qualidade da carne”, justifica.

No caso do transporte dos animais o produtor muitas vezes tem prejuízos justamente porque não ocorreu o cuidado necessário. “Por exemplo, num transporte com um caminho mais longo em que um animal cai e outros caem em cima dele, o motorista do caminhão muitas vezes nem liga para isso. Então quando for tirar a pele desse novilho no frigorífico aparecem os hematomas e a carne não pode ser aproveitada, será transformada em farinha de carne”.

Da mesma forma, os mesmos cuidados devem ser tomados nos frigoríficos. “Todas as operações de preparação das carcaças e finalmente a separação em cortes, embalagem, frigorificação e expedição, devem preservar a alta qualidade obtida na criação do novilho. Presenciamos a destruição, em minutos, de excelentes animais pela imperícia e más instalações de abate”, observa.

Outro fator que garante o bem-estar animal é a instalação apropriada na propriedade para evitar que os animais se machuquem. Um exemplo disso é evitar materiais pontiagudos nos estábulos porque provocam contusões no rebanho.

Estresse

Segundo Alexandre, com o estresse ocorrem mudanças bioquímicas na carne, notadamente em relação ao pH. Nos estressados, o pH fica acima de 6,00 e a face de um corte ao nível do contra filé mostra uma coloração vermelho escura. Dessa forma, ocorrem mudanças na maturação da carne. “Na mastigação percebe-se que a carne é mais dura do que o normal”.

Outra observação constatada por estudo específico é o maior valor do pH muscular dos novilhos inteiros. No experimento foram analisados 150 bois castrados e 150 inteiros. “Os primeiros, aparecem distribuídos com pH entre 5,6 e 5,9 e o grupo de inteiros variou entre o pH 5,9 a 6,2. Diga-se de passagem que o limite tolerável pela União Europeia é pH 5,9”.



Conhecendo a concorrência

FAEP leva produtores e técnicos para Estados Unidos e Canadá

VIAGEM TÉCNICA 2014

EUA•CANADÁ

DE 10 A 24 DE MAIO



Para conhecer “in loco” a realidade das lavouras e da economia rural dos Estados Unidos e do Canadá, que estão entre os maiores produtores mundiais de grãos, a FAEP programou quatro viagens técnicas de produtores paranaenses.

Um primeiro grupo de 34 produtores e técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR desembarcou no domingo (11), nos Estados Unidos, para conhecer as experiências e boas ideias que possam ajudar no desenvolvimento da atividade rural no Paraná.

Serão duas semanas de visitas que inclui na programação fazendas, universidades, associações de produtores e terminais de grãos nos estados de Illinois, Indiana, Iowa e Missouri nos Estados Unidos e na província de Ontario, no Canadá.

A agricultura dos Estados Unidos, uma das mais modernas e produtivas do mundo tanto em área quanto em volume de produção, organiza-se em grandes faixas, zonas ou cinturões agrícolas, formados conforme as particularidades históricas de povoamento, as condições climáticas e os tipos de solos.

Eles são especializados no cultivo de determinados produtos, como trigo, milho, algodão, frutas, culturas tropicais. A missão paranaense visitará a região do cinturão do milho, cultivado para produção de ração para o gado leiteiro, em função do clima e de acordo com a proximidade com os mercados consumidores.

Nas propriedades o grupo poderá observar os principais avanços, técnicas agrícolas e o comportamento da agropecuária tratando questões como o sistema de produção e a produtividade do país que é o maior produtor mundial de milho e com alta produtividade, por volta de 10 mil kg/ha.

O grupo conhecerá a Bolsa de valores de Chicago, (Chicago Stock Exchange), a terceira mais movimentada dos Estados Unidos (superada pela bolsa de valores de Nova Iorque, e da Nasdaq), e uma das mais movimentadas do mundo. Três dos principais bancos do país, bem como 12 das maiores empresas do mundo, estão sediadas na cidade.

Xisto

Um dos pontos de parada do grupo será a na Universidade de Illinois para uma palestra sobre a Bacia do Xisto de Illinois e a exploração do gás de Xisto nos Estados Unidos e possíveis impactos na agricultura americana. A produção de Xisto também será o tema da palestra que os produtores assistirão no Canadá, na 2ª. semana da viagem. Na ocasião, uma geóloga falará sobre o “fracking”, que se refere a perfuração em terras agrícolas. Estão ocorrendo concessões da Agência Nacional de Petróleo em território paranaense para a exploração de gás desse mineral e os produtores poderão, assim, obter informações sobre essa atividade.

Canadá

O Canadá, um dos países mais desenvolvidos do mundo, com uma economia diversificada, dependente dos seus abundantes recursos naturais e do comércio, particularmente com os Estados Unidos, país com que o Canadá tem um relacionamento longo e complexo.

As fazendas cobrem cerca de 7% do país e o grupo liderado pelo diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, visitará a Associação de Produtores de Grãos de Ontário, que representa 28 mil produtores de milho, soja e trigo. A plantação cobre cinco milhões de acres através da província e são o maior motor econômico do Canada.

Um representante do Ministério da Agricultura de Toronto explicará ao grupo sobre a construção do setor agri-alimentício mais forte investindo no desenvolvimento e transporte de tecnologias inovadoras, conservando e atraindo o investimento, desenvolvendo mercados, oferecendo uma supervisão regulamentar. Esta é a primeira de quatro viagens técnicas internacionais previstas para este ano com diferentes lideranças sindicais e técnicos que farão o mesmo roteiro.



Australianos na FAEP

Uma comitiva formada por 15 produtores de leite da Austrália foi recebida na última segunda-feira (05) na sede da FAEP, em Curitiba, onde conheceram as atividades do Sistema FAEP/SENAR-PR e a produção de leite no Brasil e no Paraná.

Na ocasião foram apresentados aos produtores estrangeiros os cursos do SENAR-PR na área leiteira e o funcionamento do Conseleite Paraná, associação que reúne produtores rurais de leite e indústrias de laticínios do Estado, em busca de soluções conjuntas para os problemas comuns do setor lácteo paranaense.

Depois da apresentação, os produtores australianos partiram para visitas práticas a propriedades produtoras de leite na região de Castro e no Oeste do Paraná. “Eles vão conhecer desde a tecnologia mais avançada até propriedades de menor grau tecnológico”, apontou a veterinária Silvia Digiovani, do Departamento Técnico-Econômico da FAEP.



FAEP pede urgência em projeto de integração



O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou um ofício à Frente Parlamentar da Agricultura, Instituto Pensar Agro e a bancada federal do Paraná, pedindo urgência na aprovação do projeto de Lei nº 6459/2013. A proposta, que tramita na Câmara dos Deputados, define as relações contratuais entre os produtores integrados e agroindústrias integradoras.

Para Ágide, o projeto atende os interesses dos produtores e da agroindústria e lembrou que, no último dia 29 de abril, o deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT) apresentou o requerimento 10.067/2014, pedindo a inclusão do referido projeto de Lei na Ordem do Dia. “É urgente e necessário que esse projeto de Lei seja aprovado, sem alterações, para que rapidamente possível retorne ao Senado Federal, seguindo o rito legislativo. Qualquer alteração no texto enviado

à Câmara dos Deputados irá intensificar os debates, que já se estende por anos, postergando assim, a publicação desse importante marco legal para o sistema de integração brasileiro”, avaliou Ágide.

EXPOCOOP 2014

Nos dias 15,16 e 17 de maio acontece, em Curitiba, a EXPOCOOP 2014, a maior feira internacional de negócios cooperativos do mundo. O evento vai reunir cooperativas de 15 países: China, Canadá, México, Estados Unidos, Costa Rica, Paraguai, Argentina, Portugal, Espanha, Timor Leste, Turquia, Namíbia, África do Sul, Índia e Irã.

O Sistema FAEP participa do estande do Sebrae com os integrantes do Sistema S. Exposição, comercialização, divulgação de produtos e inovações tecnológicas, estão entre os atrativos da feira. O evento será realizado na Expo Unimed e a entrada é gratuita. O credenciamento pode ser feito no local ou pelo site expocoop.com/br.



A força da natureza no pé de mamão que cresce no pequeno vão de uma pedra, no terreno do Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal



A pequena Thais e os gansos (cachorros de polaco) na fazenda da ilha em Arapoti
Fotos de Ilza Raysel

Leitor em Foco

CAMPINA DA LAGOA



Mecanização

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o curso de Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas - plantio direto - mecanização para SPD. As aulas aconteceram nos dias 16 e 17 de abril. O curso contou com a participação de 12 produtores rurais com o instrutor Jorge Luiz Dias Alves.

JANDAIA DO SUL



Visita técnica

Um grupo de produtores rurais de Jandaia do Sul visitou a Expolondrina 2014, no Parque de Exposições, no último dia 9 de abril. A iniciativa foi do Sindicato Rural de Jandaia.

MANDAGUAÇU



De Olho na Qualidade

O Sindicato Rural de Mandaguauçu encerrou o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agressilvipastoris – De Olho na Qualidade, no dia 17 de abril. Participaram 25 produtores e foram realizadas visitas em 18 propriedades, com o instrutor Claudécir Sebastião Prieto. As aulas teóricas aconteceram na sede do sindicato.

PALOTINA



Inclusão Digital

Nos dias 07,08 e 09 de abril, o Sindicato Rural de Palotina promoveu o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agressilvipastoris - Inclusão digital – avançado – 24 horas. Participaram do curso 14 produtores rurais com o instrutor Vanderley de Oliveira. Durante o curso a turma recebeu a visita do supervisor do SENAR-PR Francisco Pelição de Oliveira e da pedagoga e técnica do SENAR-PR Regiane Horung.

PARAÍSO DO NORTE



Vacinação

O Sindicato Rural de Paraíso do Norte abriu suas portas, no último dia 26, para a segunda Campanha de Vacinação contra a gripe H1N1, numa parceria com a Clínica GEO Vacinas de Paranavaí. Foram vacinados cerca de 200 pessoas entre produtores rurais e seus familiares. O presidente do sindicato, Rogério Junior Pivato, abriu a campanha.

SERTANÓPOLIS



Inclusão digital

Em parceria com o Departamento de Assistência Social do município, o Sindicato Rural de Sertanópolis realizou o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – Inclusão Digital – básico - 16 horas, nos dias 13 e 14 de março. Participaram do curso 11 produtores rurais com a instrutora Gisele Bianchini.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



Panificação

Nos dias 14 e 15 de abril, o Sindicato Rural de São José dos Pinhais, realizou o curso Produção Artesanal de Alimentos - Panificação. O curso contou com 16 participantes com a instrutora Maria Regina dos Santos.

UBIRATÃ



Qualidade de vida

Nos dias 02, 08 e 09 de abril, o Sindicato Rural de Ubatã realizou em parceria com a Cooperativa Coagru por meio do programa Cooper Mulher, o curso Programas Especiais - Qualidade de Vida - Família rural. Em cada uma das turmas a média de participantes foi de 20 produtores e produtoras rurais. A instrutora dos grupos foi Luciane Pimentel.

PITANGA



Posse

Em 25 de abril foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Pitanga. O diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia participou da cerimônia. Foram eleitos: Luiz Carlos Zampier, presidente; João Marco Nicaretta, vice-presidente; Luiz Carlos M. Petrechen Filho, secretário; e Anselmo Coutinho Machado, tesoureiro.

RESERVA



Posse

Tomou posse no dia 25 de abril a diretoria eleita do Sindicato Rural de Reserva. Foram eleitos: Esmael Lacerda de Souza, presidente; Leandro Andrade Souza, vice-presidente; Luiz Henrique Hornung, secretário; e Dulcídio Artur Carneiro Becher, tesoureiro.

RIO NEGRO



Posse

No dia 10 de abril tomou posse a diretoria eleita do Sindicato Rural de Rio Negro. O diretor secretário da FAEP, Livaldo Gemin participou da cerimônia. Foram eleitos: Sergio Preisler como presidente; Eduardo Pscheidt, vice-presidente; Vicente Telmann, tesoureiro; e Mara Lenice Schier Ruthes secretário.

ITAPEJARA D'OESTE



Festa do Leitão Maturado

No último dia 04 de maio, Itapejara D'Oeste foi sede da 11ª edição da Festa Leitão Maturado. O evento é conhecido por servir os convidados – cerca de 10 mil – em um tempo médio de oito minutos. Para conseguir esse marco, os organizadores montam equipes que servem simultaneamente as 380 mesas da festa. Um dos responsáveis pela organização é o integrante da Comissão de Suinocultura da FAEP, Jacir José Dariva. A festa é organizada pela Associação de Suinocultores e Avicultores de Itapejara D'Oeste, família rotariana e Administração Municipal.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Português claro!

O caipira tinha que ir para a cidade grande resolver um problema, mas como não queria passar vergonha na cidade grande, ficou treinando a fala na frente do espelho:

— Paster... paster... paaster... paster... — e dias se passaram. — Pasterlll... paasterlll... PASTEL! — pronto, o treinamento deu certo.

Chegando na rodoviária, foi logo entrando em uma pastelaria:

— Por favor, me dê um PASTEL!

— Pois não, senhor, de qual sabor?

— DE PARMITO, UAI.

Frio na barriga

Uma das estradas mais perigosas do mundo é a Estrada dos Yungas, no Altiplano Boliviano. Com 64 Km de comprimento numa altitude de até 3.800 metros acima do nível do mar e abismos que chegam a 800 metros de profundidade, a Yungas é responsável pela morte de 200 a 350 pessoas por ano.



Lagartos

Um dos melhores textos da atual literatura brasileira, o escritor Cristóvão Tezza (autor de “O filho eterno”, um best-seller, entre outros), costuma escrever sobre um lagarto que sempre o visita no quintal de sua casa no litoral paranaense. Esse lagarto de Tezza como aquela lagartixa que apareceu no seu banheiro fazem parte de aproximadamente 248 espécies de lagartos pertencentes à 14 famílias existentes no Brasil.

Gato preto

Quem tem medo de sexta-feira 13 é chamado de parascavedecatriafóbico. O termo vem da junção das palavras gregas “paraskevi” (“sexta-feira”), “dekastreis” (“treze”) e “phobia” (fobia, “medo”).



Teflon



As pesquisas que levaram a bomba atômica resultaram também na descoberta de um material que não queimava, não se dissolvia e não adería a coisa alguma – o Teflon. Ele foi criado em 1938 nos Estados Unidos por Roy Plunkett e em 1944 foi usado pela primeira vez no revestimento de frigideiras.

Kudzu

De origem no Japão e China, o kudzu é uma planta invasora levada aos Estados Unidos em 1876, para conter a erosão de beiras de rio e servir de forragem para o gado. Escapou da área de plantação e espalhou-se pelo sudeste e norte do país. Cresce três vezes mais rápido do que qualquer outra planta e ameaça culturas importantes, como a soja. Lá, plantar essa espécie é proibido por lei e os focos são erradicados com pesticidas. Mas rápidos no gatilho, os americanos espalham que chá de kudzu é bom para bebuns e fumantes. Tudo se transforma...



Mãe coruja

O sabão em pó Omo foi criado pelo grupo inglês Unilever na década de 1930. Seu nome é a abreviatura de Old Mother Owl (velha mãe coruja). Na primeira embalagem, havia uma coruja estilizada. As letras “o” eram seus olhos, enquanto o “m” formava o nariz e o bico. Foi lançado no Brasil em 1957.

Metamorfose ambulante

Raul Seixas protagonizou histórias antológicas durante toda sua carreira. Uma delas chega a ser inacreditável: em maio de 1982, em um show em Caieiras, São Paulo, o público achou que Raul era um impostor dele mesmo. Para piorar a situação, não tinha nenhum documento e quase foi linchado. Acabou preso, foi espancado pelo delegado e pelos policiais. Raul adorava ler e abusava da vasta biblioteca de seu pai. Sua obra favorita era “O livro dos porquês”. Também escrevia histórias e todas tinham o mesmo personagem: um cientista maluco chamado Melô. Ele compôs Metamorfose Ambulante aos 12 anos.



Grampeador



A primeira patente do grampeador, é do inglês C. H. Gould em 1868 e foi usado para pregar solas e saltos de sapatos.

O grampeador de papel surgiu 22 anos depois. O grampo em telefones, nem te conto...

Quando não tiver assunto... lembre:

- O primeiro avião com banheiro foi o russo Russky Vittiaz, projetado por Igor Sirkorski e testado em 13 de maio de 1913.
- As primeiras cordas de violão clássico foram feitas de tripa de gato.
- O termo leitão deriva de leite, porque se trata de filhotes que estão na fase de 'mama'”.



ORAÇÃO DO MILHO

Senhor, nada valho.
Sou a planta humilde dos quintais
pequenos e das lavouras pobres.
Meu grão, perdido por acaso,
nasce e cresce na terra descuidada.

Ponho folhas e haste e se me ajudares, Senhor,
mesmo planta de acaso e solitária,
dou espigas e devolvo em muitos grãos
o grão perdido inicial, salvo por milagre, que a terra fecundou.
Sou planta primária da lavoura.

Não me pertence a hierarquia tradicional do trigo
e de mim não se faz o pão alvo universal.
O Justo não me consagrou Pão de Vida, nem lugar
me foi dado nos altares.

Sou apenas o alimento forte e substancial dos
que trabalham na terra, onde não vingam o trigo nobre.
Sou de origem obscura e de ascendência pobre,
alimento de rústicos e de animais de jugo.

Quando os deuses da Hélade corriam pelos bosques
coroados de rosas e de espigas,
quando os hebreus iam em longas caravanas
buscar na terra do Egito o trigo dos faraós,
quando Rute respigava cantando nas searas de Booz
e Jesus abençoava os trigais maduros,
eu era apenas o bró nativo das tabas ameríndias.

Fui o angu pesado e constante do escravo na exaustão do eito.
Sou a broa grosseira e modesta do pequeno sitiante.
Sou a farinha econômica do proletário.
Sou a polenta do imigrante e amiga dos que começam
a vida em terra estranha.

Alimento de porcos e do triste mu de carga.
O que me planta não levanta comércio, nem vantagem dinheiro.
Sou apenas a fartura generosa e despreocupada dos paióis.
Sou o cocho abastecido donde ruma o gado.

Sou o canto festivo dos galos na glória do dia que amanhece.
Sou o cacarejo alegre das poedeiras à volta de seus ninhos.
Sou a pobreza vegetal agradecida a Vós, Senhor,
Que me fizestes necessário e humilde.
Sou o milho.”



“Doçura da alma de escritora e confeitadeira”.

Cora Coralina, pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, nasceu em Vila Boa de Goiás, 20 de agosto de 1889 — faleceu em Goiânia, 10 de abril de 1985, foi uma poetisa brasileira.

Se achava mais doceira do que escritora. Aos 70 anos, decidiu aprender datilografia para preparar suas poesias e enviá-las aos editores. Só em 1965, aos 75 anos, ela conseguiu realizar o sonho de publicar o primeiro livro, Poemas dos Becos de Goiás e Estórias.

Cora, que começou a escrever poemas e contos aos 14 anos, cursou apenas até a terceira série do primário. Nos últimos anos de vida, quando sua obra foi reconhecida, participou de conferências, homenagens e programas de televisão, e não perdeu a doçura da alma de escritora e confeitadeira.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br